

As idéias de decadência e regeneração no ideário político de Antero de Quental

André Nunes de Azevedo.

Bolsista Recém Doutor Faperj

PPGH/UERJ- Departamento de História.

A questão da decadência foi a questão fundamental que acompanhou a trajetória da nação lusitana durante o transcurso do período moderno. Desde 1580, data de sua assimilação pela Coroa espanhola, até a sua vinculação à União Européia, em fins do século XX, Portugal percebeu-se em decadência e pôs-se a refletir sobre tal fato. Contudo, a sensação de decadência que acompanhava a nação lusitana, ante o avanço da modernização de outros países europeus, ganharia uma nova projeção com o fenômeno da "aceleração da modernidade" durante o século XIX. A modernização política fora disseminada pela revolução francesa, iniciadora de um movimento de liberalização das nações européias e com os embates de classes crescentes no Velho continente; a filosofia ganhara novo impulso com a afirmação tanto do iluminismo como do romantismo; a ciência e a tecnologia desenvolviam-se com rapidez inaudita, traduzindo-se na rápida expansão da malha ferroviária, nas inovações das máquinas, inventos e das conquistas no campo das ciências naturais e, por fim, a economia capitalista avançava com a consolidação de um mundo cada vez mais urbano e fabril. Tais fenômenos ampliavam o distanciamento de um país que insistia em sua tradição católica e fidalga diante de uma Europa moderna e decidida quanto aos rumos que desejava assumir. Nunca o contraste entre a modernidade e a tradição ibérica fora tão contundente para Portugal quanto na segunda metade do século XIX.

Distante da vanguarda européia, Portugal compunha o par oposto do moderno. A organização produtiva do país apresentava uma economia de base agrícola e comercial, revelando um capitalismo de frágil base no campo da

produção¹, postado, cada vez, mais na especulação financeira². A sociedade lusitana era eminentemente rural, prevalecendo o pequeno camponês como agente preponderante. Nas grandes cidades, que apresentaram forte ritmo de crescimento a época³, sobressaiam os pequenos comerciantes, artesãos e funcionários públicos, ao qual se opunham uma burguesia comercial e financeira. O país encontrava-se ainda longe de uma economia industrial, característica das nações vizinhas do norte europeu.

No âmbito da cultura, Portugal apresentava ainda uma elite de bacharéis de formação humanística e retórica, oriundos sobretudo da Faculdade de Direito de Coimbra, os quais dominavam a vida política nacional⁴. À estes, contrastava uma massa de população analfabeta e semi-alfabetizada, que se distribuía nos campos e nas cidades. O investimento em ensino primário era pequeno e o número de estabelecimentos com esse fim era exíguo⁵. O catolicismo, não obstante as críticas de setores laicos do liberalismo português, jogava ainda um papel central na cultura nacional, contando com a adesão da maior parte de sua elite política e intelectual⁶.

Quanto a ordem política, Portugal despediu-se da primeira metade do Oitocentos com grande instabilidade institucional, resultado da fragilidade do liberalismo português, que teve como maior realização desta época a carta constitucional de 1826. Fatos como a revolução do Porto, as tentativas de golpe nos anos 20, as reformas na estrutura corporativa do país promovidas por Mouzinho, as conspirações miguelistas, a setembrada de 1836 e a retomada de

¹ Sobre a fragilidade desta base produtiva, sobretudo no que tange a base industrial, ver: Miriam Halpern Pereira. Diversidade e crescimento industrial. In: José Tengarrinha (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. Pp. 217-240.

² Cf. José Hermano Saraiva. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1981. pp. 309-310

³ Cf. Joel Serrão. Temas oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado: ensaios. Funchal: Horizonte, 1980. p. 180.

⁴ Um panorama da cosmogonia da elite lusa no século XIX pode ser acessado em: Manuel Dias Duarte. **História da filosofia em Portugal**. Funchal: Horizonte, 1987. Pp. 74-132.

⁵ Para um quadro do nível educacional da população portuguesa e das disposições do governo luso quanto ao investimento em instituições de ensino, ver: Saraiva. Op. cit. pp. 320-323.

⁶ Esta presença pode ser percebida mesmo em vários dos romances de um dos membros da Geração de 70, o escritor Eça de Queiroz. A presença forte do catolicismo na mentalidade da elite lusitana é discutida, entre outras questões, em Beatriz Berrini. **Portugal de Eça de Queiroz**. Vila da Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

um governo autoritário e censor com Cabral entre 1842 e 1846, culminaram nas revoltas da Maria da Fonte em 1846 e da Patuléia no ano seguinte⁷. Estas revoltas só seriam dirimidas com a intervenção militar de forças externas como a Inglaterra e a Espanha, expressivas da fragilidade do Estado lusitano.

Sem dúvida, a questão central dos embates políticos do século XIX luso verificou-se em torno do liberalismo, de seus limites e das possibilidades de sua institucionalização no país. A tradição política ibérica era de um Estado forte, que se impunha à sociedade e de um envolvimento visceral entre igreja e Estado, traduzido historicamente no "patronato régio"⁸. Esta tradição política, tributária de um absolutismo peculiar à Portugal e Espanha, se fez acompanhar de uma sociedade pouco orgânica em relação às suas demandas de autonomia ao Estado e de uma mentalidade profundamente vincada pelo catolicismo e pela cultura retórica⁹. Esta cultura política, de matriz fidalga, marcada pelo elitismo da classe dirigente lusa e o seu distanciamento e indiferença ante as demandas oriundas dos pequenos camponeses miseráveis e de uma série de trabalhadores urbanos sem atividade profissional definida, conduziu à duas rebeliões populares de grande vulto na segunda metade dos anos de 1840¹⁰.

Não obstante a primeira vista tais movimentos parecerem alvissareiros quanto às possibilidades de uma maior articulação e organicidade da sociedade portuguesa e a sua conseqüente inserção em uma perspectiva política moderna, o que constatou-se na metade de século posterior foi a permanência da incapacidade desta sociedade em articular-se em torno de seus interesses privados ante o Estado¹¹. A contrapartida desta inorganicidade social foi uma

⁷ Amadeu Carvalho Homem. **Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo**. In: José Tengarrinha (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. Pp. 263-282.

⁸ Sobre o patronato régio em Portugal, ver: Eduardo Hoornaert et al. *História da igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992. Pp. 160-169.

⁹ Manuel Dias Duarte. Op. cit. pp. 46-53.

¹⁰ Notadamente a Maria da Fonte e a Patuléia, iniciadas, respectivamente, em 1846 e 1847, que foram mencionadas.

¹¹ Joel Serrão (org.). **Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de pensamento político português**. Funchal: Horizonte, 1979. p. 14

tênue institucionalização política do liberalismo em Portugal¹² e um não compromisso das suas elites dirigentes com reformas que permitissem ao país inserir-se no quadro da modernidade europeia. A falta de empenho das elites lusas em conduzir tais reformas explica-se não somente pela tradição de indiferença fidalga quanto a perspectiva de futuro da nação, mas também, e, fundamentalmente, à falta de um vetor de pressão configurado a partir de uma sociedade civil politicamente organizada e consciente de sua autonomia face ao Estado.

O sistema intelectual português apresentava forte inércia desde as agitações próprias do processo de liberalização política do país nas décadas de 1820 e 1830 e da geração romântica de Alexandre Herculano e Almeida Garret, da mesmas décadas. Durante a segunda metade do século XIX, a Universidade de Coimbra, um dos principais centros do sistema intelectual luso, encontrava-se também em forte marasmo político e intelectual. Fortemente hierarquizada em sua estrutura, a universidade contava com docentes que restringiam-se a reproduzir antigos ensinamentos, sem participar das discussões em voga no cenário intelectual do Velho Continente, sem produzir novas idéias.

Não obstante o quadro desalentador que se desenhava em Portugal na segunda metade do século XIX e o clima de inércia que se abatia sobre a intelectualidade lusa, o impacto da discrepância entre o a realidade ibérica e a vanguarda europeia fez-se sentir no sistema intelectual português, traduzindo-se em uma série de reflexões que abordavam a tensão quanto as possibilidades de diálogo entre o tradicional e o moderno na nação lusitana. Surgido inicialmente como uma rebeldia de jovens universitários de Coimbra face a disciplina rígida e o conservadorismo da universidade no campo das idéias, emergiu, em 1862, um grupo de intelectuais que seria conhecido como "a geração de 1870". Esse grupo de jovens intelectuais, que tinha como sua principal figura Antero de Quental,

¹² Foi exemplo disto a proibição das Conferências do Cassino Lisbonense, em 1872. Cf. Antônio Sérgio. Breve interpretação da história de Portugal. Lisboa: Sá da Costa, 1977. p. 142. A tradição de censura em Portugal na idade moderna adentrou firmemente o século XIX, sendo índice da fragilidade do liberalismo português. Sobre a censura em Portugal no século XIX, ver: Graça Almeida Rodrigues. **Breve história da censura literária em Portugal**. Amadora: Bertrand, 1980. Pp. 55-66.

buscou inspiração nas idéias dos literatos realistas franceses como Vitor Hugo e Renan e na filosofia de Hegel.

O marco da emergência intelectual desta geração está ligada a um fato ocorrido na Universidade de Coimbra. Em uma cerimônia solene de distribuição de prêmios, em 1862, os estudantes retiraram-se do salão de cerimônias quando o Reitor emitiu a primeira palavra de uma tradicional saudação. Dirigiram-se ao pátio para fazer algazarras. O fato escandalizou os lentes da universidade e teve grande repercussão na imprensa, que censurou o gesto, convencendo a opinião pública da suposta irresponsabilidade dos estudantes. Em resposta, o líder do protesto, Antero de Quental, trouxe a público um manifesto¹³ elucidando as razões da atitude dos estudantes, a fim de mostrar que o gesto não constituía mera bravata ou rebeldia juvenil sem objeto. O documento defendia a inexorabilidade do progresso do liberalismo político, que, implacável, avançaria ante a Europa, sem poupar Portugal. Em 1865, já tendo tido contato com as idéias socialistas utópicas, Quental radicalizaria o tom político. Influenciado pelas idéias de Phroudon, o jovem intelectual escreveria as "Odes modernas", um conjunto de poesias que são precedidas de uma nota em prosa na qual escreveria que "*A poesia moderna é a voz da revolução é o nome que o sacerdote da história, o tempo, deixou cair sobre a fronte fatídica do nosso século*"¹⁴. Fazendo a defesa da revolução e criticando a arte sem fins políticos, Antero de Quental inicia, juntamente com Eça de Queiroz e Oliveira Martins¹⁵, uma séria de polêmicas que ficariam conhecidas como a "Questão Coimbrã". Nestas diatribes, destaca-se a missiva "Bom senso e bom gosto", escrita em 1865, na qual Quental faz a crítica do cenário intelectual lusitano. Nesta carta endereçada, discute com o então Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Antônio Feliciano de Castilho, a quem

¹³ O manifesto intitulou-se "O sol da liberdade, o progresso do século. Nele, Quental falava do que considerava o progresso da liberdade na Europa e da necessidade de Portugal de participar deste movimento histórico do progresso.

¹⁴ Cf. Antero de Quental. Odes modernas. Coimbra, Imprensa da universidade, 1924. P. 6.

¹⁵ Estes três intelectuais constituiriam o núcleo iniciador da Geração de 70,

elege como instância metonímica do sistema intelectual português, que reputou como arcaico, na retaguarda das idéias no Velho Continente.

Filho de uma família aristocrática dos Açores, Antero de Quental passa alguns anos da segunda metade da década de 60 a viajar. Aprendeu em Portugal o ofício de tipógrafo e rumou à Paris para exercer essa profissão, embora não necessitasse de recursos próprios para a sua sobrevivência. Viajou também aos Estados Unidos, a fim de conhecer a pujança da modernidade norte americana, já então muito propalada na Europa. Em seu retorno à Portugal, vai morar em um quarto, em Lisboa, onde reúne um grupo de intelectuais e militantes socialistas, chamado "Cenáculo", do qual fazia parte Oliveira Martins.

Em 1871, ano de acontecimentos políticos marcantes no cenário europeu, como a Comuna de Paris, o grupo do Cenáculo organiza um conjunto de conferências na capital portuguesa, mais precisamente, no Cassino Lisbonense. No programa das conferências estava o objetivo: *"estudar as condições de transformação política, econômica e religiosa da sociedade portuguesa"*. Portanto, as questões teóricas deveriam servir a um objetivo político prático, a transformação da tradicional sociedade portuguesa em uma sociedade européia moderna.

Esta vinculação da atividade literária e intelectual com o que se pensaria ser o bem estar da sociedade portuguesa, o caráter interventivo do escritor na realidade do seu país, já apareciam prefiguradas em textos anteriores de Antero de Quental, pela proeminência, conferida pelo autor, ao papel do escritor. Entre eles, podemos destacar a polêmica bom senso e bom gosto que travara em 1865, com então Reitor da Universidade de Coimbra, Antônio Feliciano de Castilho, quando o missivista registrava não mais que 25 anos de idade. Em um trecho em que critica a posição do escritor como alguém que está acima dos problemas de sua sociedade, o jovem escritor afirma:

"O contrário disto tudo é que é a bela, a imensa missão do escritor. É um sacerdócio, um ofício público e religioso de guarda incorruptível das

*idéias, dos sentimentos, do costumes, das obras e das palavras. Para isso toda a altura, toda a nobreza interior são pouco ainda*¹⁶.

Com efeito, o escritor é visto como portador de uma nobre missão. No entanto, mais do que um simples missionário, o escritor é percebido como sacerdote que zela pelas idéias de sua sociedade, sua moral - *sentimentos* - e sua ética - *costumes*. Assim, caberia ao literato intervir na mesma, buscando, como bom sacerdote, cuidar do bem estar de seu público. Parafraseando Nicolau Svcenko, Antero de Quental percebia a literatura como missão. Para o intelectual açoriano, a ação política era inerente a atividade literária.

Assim, com o literato imbuído de uma missão sacerdotal, surge a obra que marcaria o ponto alto da crítica histórica de Portugal por Antero de Quental. Em 1872 publica a conferência intitulada "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos".

A palestra proferida por Antero de Quental consiste em uma tentativa de compreensão das razões da decadência de Portugal e Espanha sob uma perspectiva histórica. Nela, Quental defende que após uma época de grande destaque das nações ibéricas no cenário europeu, Portugal ingressaria em três séculos de profunda decadência, a saber, os séculos XVII, XVIII e XIX. A conferência consiste basicamente em apresentar o fulgor ibérico na antiguidade e no medievo, para, posteriormente, identificar o que considera as três causas da decadência dos povos ibéricos e discutí-las. No final do trabalho, o autor aponta o que julga que estaria reservado ao futuro de Portugal, sendo isto sua possibilidade de ingressar na Europa moderna.

A conferência, tornada ensaio, começa com o autor afirmando, antes de analisar a grandeza e o declínio da Península Ibérica, que a decadência de Portugal é o único grande fato incontestável do historiador que se presta a compreender a história do país. Logo em seguida, dá nota de seu historicismo de maneira irônica, afirmando que antes de qualquer tentativa de regeneração,

¹⁶ Quental, Antero. Bom senso e bom gosto. In: prosas escolhidas. Rio de Janeiro: livros de Portugal, 1942. Pp. 29-45. P. 33-34.

Portugal deve reconhecer a decadência que marcou o seu passado nos últimos três séculos. Segundo Antero de Quental:

"O pecador humilha-se diante do seu Deus, num sentido ato de contrição, e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o ato de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim poderemos nos regenerar e nos emendar."¹⁷

Desta forma, Portugal, como pecador contrito ante Deus, tem como pré-requisito fundamental de sua regeneração o acerto de contas com o *espírito da verdade*, ou seja, com a história. Somente reconhecendo o que é diante da luz da história, a nação lusitana poderia obter a regeneração de sua decadência. Para o intelectual açoriano, não só a literatura é uma missão sacerdotal, como a história é o próprio Deus desta religião. A história é mestra da vida e dá-nos lições, sem as quais não poderíamos regenerar-nos.

Assim, tendo a história como mestra da vida, Antero de Quental parte para a compreensão da decadência de Portugal, com o fito de buscar estabelecer a possibilidade de sua regeneração. No entanto, para cumprir tal fim, Quental não inicia a sua análise histórica da Península Ibérica exatamente pela sua decadência, mas pelo apogeu que precede a mesma. Segundo o autor, não obstante a forte decadência que marcou a história lusa nos últimos três séculos, os países peninsulares teriam registrado grande fulgor em diversos períodos, desde a Antiguidade até a Idade Média. Segundo Antero de Quental:

"Logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da raça peninsular: o espírito de independência local, e originalidade de gênio inventivo(...)

Na idade Média a Península, livre de estranhas influências, brilha na plenitude de seu gênio, das suas qualidades naturais. O instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a península, como um protesto e

¹⁷ Quental, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas escolhidas*. Pp. 95-142. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942. P. 96.

uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial.

Dentro de cada uma dessas divisões, as comunas, os forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestam e firmam com um sem número de instituições, o espírito independente e autonômico das populações. E esse espírito não é só independente: é quanto a época o comportava, singularmente democrático. . Entre todos os povos da Europa central e ocidental , somente os da Península escaparam ao jugo de ferro do feudalismo.¹⁸

Antero de Quental desenha uma idade de ouro de Portugal, sobretudo no plano político. Desde a antiguidade até a idade média, os lusitanos revelaram um espírito indômito e uma alta independência política. No entender do autor, no medievo, Portugal estaria mesmo na vanguarda da Europa, uma vez que a estrutura política dos lusitanos eximiu-os da submissão das gentes, própria do feudalismo. De maneira distinta das demais regiões europeias, Portugal tomaria por base de sua ordem política uma espécie de "federalismo primitivo". Longe das presilhas próprias das relações de suserania e vassalagem, o português seria o homem das comunas. Não satisfeito em desenhar um federalismo primitivo para a lusitânia medieval, Quental a torna, no seu dizer, *singularmente democrática*.

No plano da cultura, o autor identifica os feitos ibéricos, chamando a atenção para o fato de que a Península não deixou nada a dever à Europa, também neste campo¹⁹. Ressalta o que teria sido a tolerância para com os mouros e judeus e sublinha a equiparação intelectual e artística dos peninsulares face a Europa, do que daria nota a sua arquitetura, a filosofia escolástica, a teologia e as presenças das universidades de Coimbra e Salamanca.

Ao cabo da narrativa do apogeu peninsular, que o mantinha equiparado, senão acima das demais regiões do Velho Continente, sucede a análise da decadência. Segundo Quental, esta acometeria quase que de súbito a Ibéria, no

¹⁸ Quental, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas escolhidas*. Pp. 95-142. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942. P. 98-99.

¹⁹ Quental, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas escolhidas*. Pp. 95-142. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942. P. 100-101.

seu dizer, "...*essa decadência seguindo-se quase sem transição a um período de força gloriosa e rica originalidade...*"²⁰. As explicações quanto a decadência diligente de Portugal encontrariam três causas fundamentais que, na avaliação deste intelectual seriam:

"Ora, esses fenômenos capitais [através dos quais se dá a decadência da Ibéria] são três e de três espécies: um moral, outro político, outro econômico. O primeiro é a transformação do catolicismo, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do absolutismo, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das conquistas longínquas."²¹

Assim, segundo Antero de Quental, iniciar-se-ia o declínio da Península Ibérica. A causa moral, o catolicismo ortodoxo tridentino, incrementado pela forte presença do cristianismo militante e politicamente capilar da Cia de Jesus não teriam operado a reforma no campo dos valores, necessária ao ingresso de Portugal no mundo moderno. A visão de mundo católica tridentina, ao propor a afirmação de uma série de referências culturais do Medieval, manteve a Ibéria distante também de uma ética moderna, que então emergia na Europa. A permanência do catolicismo de Trento e sua hegemonia na Península, expresso entre outras instituições pelo Patronato Régio, consolidou a lógica de educação religiosa própria da episteme medieval de São Bernardo²². Nesta fórmula, era necessário crer para conhecer, o que operava uma inversão fundamental na gnose renascentista, para a qual o conhecimento era a base de toda a crença.

Quanto ao fator político da decadência, Antero de Quental o tributa ao esmagamento da sociedade civil portuguesa pela presença açambarcadora do Estado absolutista. O tipo de absolutismo monárquico registrado na Ibéria teria sufocado o florescimento de uma sociedade organizada diante do Estado, a fim de

²⁰ Quental, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas escolhidas*. Pp. 95-142. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942. P. 96.

²¹ Quental, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas escolhidas*. Pp. 95-142. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942. P. 111.

²² Sobre a postura teológica de São Bernardo, ver: Jacques Le Goff. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Pp 44-45.

poder tomar o mesmo como os demais países da Europa ocidental o faziam no século XIX. A noção de indivíduo, tão cara à Europa moderna, teria sido absorvida diante do Leviatã ibérico. A ausência de uma camada média politicamente organizada, e consciente de sua autonomia política face ao Estado seria, segundo Quental, um dos maiores prejuízos que a Idade Moderna lusa teria legado à sua contemporaneidade.

No que tange a vida econômica da Península Ibérica, a causa de sua decadência seria o estabelecimento das conquistas de ultramar. As conquistas longínquas, como gosta de designar o autor, teriam apresentado o demérito de condicionar o provimento material da sociedade portuguesa às benesses das colônias exploradas. Assim, por não cuidar de desenvolver uma economia sustentada de maneira endógena, Portugal teria avançado no século XIX sem uma economia de base industrial, revelando uma frágil base produtiva, distinguindo-se em mais um aspecto dos demais países da Europa moderna.

No entanto, o que definia a grandeza e o próprio fato da decadência peninsular para este intelectual da geração de 1870 era a discrepância entre a tradição ibérica e a modernidade européia. A tríade de fatores que explicaria o declínio de Portugal era acompanhada por uma tríade oposta de sucessos que conotariam os êxitos da modernidade européia. Nas palavras de Antero de Quental:

"Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um fato contemporâneo muito simples: esses três fenômenos eram exatamente o oposto dos três fatos capitais, que se davam e que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricos, poderosas e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três fatos civilizadores foram a liberdade moral, conquistada pela reforma ou pela filosofia: a elevação da classe média, instrumento do progresso nas sociedades modernas, e diretora dos reis, até o dia em que os destronou: a indústria, finalmente, verdadeiro fundamento do mundo atual, que veio dar às nações uma concepção nova do direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista"²³.

²³ Quental, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: *Prosas escolhidas*. Pp. 95-142. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942. P. 111.

Podemos perceber que os três pares opostos entre a Europa e a Península Ibérica é que conferem a consciência da gravidade e a tensão própria do contraste entre modernidade e tradição na Portugal de 1870. Não fossem a ciência, a filosofia e a alta cultura, a economia e a tecnologia das indústrias, a mobilização política do operariado e a ética do indivíduo presentes na Europa moderna a inquietar o ambiente das idéias lusas, o grupo de jovens intelectuais que compunham a geração de 70 não teria se aplicado a repensar a tradição do seu país. Com efeito, é a percepção da modernidade européia quem revela a decadência lusitana.

O conceito de decadência ocupa um papel fundamental nesta obra de Antero de Quental. Faz-se presente no próprio título da conferência e é tido como o principal objeto de sua reflexão. Para um intelectual como Quental, líder dos escritores ascendentes da Geração de 70, a escolha das palavras-chave com as quais operará as suas idéias não é resultado do mero acaso. A palavra, em princípio mero significante, é continente de uma gama de significados e o conceito que denota, é decisivo para a articulação das idéias fundamentais que sustentam a hipótese do intelectual sobre uma dada questão.

Muito embora a busca da compreensão de um conceito histórico deva estar para além de uma história da língua, pois não deve perder de vista a história social, o uso da mesma não pode ser prescindido, pois joga um papel fundamental como índice do conceito, este mais amplo, mais rico em seus significados²⁴. Assim, faz-se fundamental perceber o conceito de decadência através do estudo lexicográfico do mesmo, que conferirá dimensões relevantes de significação.

O mais conceituado dicionário da época em Portugal, o lexicógrafo de Antônio Moraes da Silva, de 1877, assim exprime o verbete decadência:

²⁴ Reinhart Koselleck. *Le Futur Passé: Contribution à la Sémantique des Temps Historiques* Op. cit. p. 110.

"Decadência - s.f. (do francês decadence) Descaimento de força, vigor, poder; e fig. Decadência do Império, do valimento, dos validos, da agricultura, das artes, das ciências, do comércio: decadência do pulso; no que vai enfraquecendo etc

(decadência, declinação. Syn.). Decadência é o começo de ruína, de destruição, o estado de uma coisa que caminha para a sua ruína: declinação é o estado de uma coisa que se enfraquece, que vai em diminuição, que tende para o seu fim.. Assim dizemos a decadência dos bens, dos Impérios; a declinação do dia, da idade.

(decadência, ruína. Syn.). Diferem estes dois vocábulos, em que o primeiro prepara o segundo que ordinariamente é o efeito do primeiro, v.g. a decadência do Império Romano anunciava a sua total ruína: diz-se das artes, que elas caem em decadência; e de uma casa, que ela cai em ruína²⁵.

Dentre as significações menos imediatas presentes no texto e que denotam a idéia de decadência na língua portuguesa, pode-se destacar a concepção da decadência não como a ruína, mas como *"o estado de uma coisa que caminha para a sua ruína"*. A decadência seria tão somente o início da ruína, mas ainda não ela mesma. Mais adiante, o dicionarista esclarece este aspecto fundamental do termo quando compara a sinonímia imperfeita que marca a relação das palavras decadência e ruína: *"Diferem estes dois vocábulos, em que o primeiro prepara o segundo que ordinariamente é o efeito do primeiro"*. Desta feita, o conceito de decadência revela uma imperfectibilidade na essência mesma de sua ação, na direção que cumpre a mesma, ação de queda, de ruína. O conceito de decadência porta um telos, que poderá vir, ou não, a cumprir-se, mas que, contudo, estará sempre inacabado em seu provir.

Assim, tem-se revelado o caráter estratégico da seleção deste conceito por Antero de Quental, um intelectual que não acredita na ruína, na condenação histórica da Ibéria por força de sua crença teleonômica no vir a

²⁵ Antônio Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza (A - E). 7ª edição. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1877. Verbete Decadência.

ser de um socialismo utópico em Portugal. Desta forma, o conceito de decadência é precisamente adequado aos propósitos políticos do líder da Geração de 70, pois revela o diagnóstico de um descaimento de vigor que não obstante a sua força, não compromete as possibilidades de uma regeneração futura da nação lusitana.

O principal lexicógrafo da língua portuguesa publicado após a 7a. edição do dicionário Moraes, de 1877, é o de Caldas Aulete, de 1811. Embora o verbete decadência nele presente não acrescente muito ao seu antecessor, apresenta um índice importante que reforça a análise do conceito depreendida de dicionário Moraes, vejamos:

"Decadência - s.f. Estado de uma coisa que se aproxima de sua extinção ou ruína: a decadência da Turquia. Decadência das letras (fig.). Estrago, corrupção: a decadência dos costumes: empobrecimento, abatimento, humilhação, enfraquecimento: a decadência do sacerdócio religioso. A época da literatura latina que compreende os últimos séculos do Império Romano. Os poetas da decadência. F. De + cadência.²⁶"

Sem modificar a essência do verbete similar da 7a. edição do dicionário Moraes, o verbete de Caldas Aulete confirma a idéia fundamental de seu precedente. A idéia de decadência continua portando uma imperfectibilidade de ação, muito embora o seu telos sugira aí uma maior velocidade de execução do seu movimento, o que é dado pela utilização do verbo aproximar conjugado na terceira pessoa do singular, presente no texto explicativo do verbete: *"Estado de uma coisa que se aproxima de sua extinção ou ruína..."*. Assim, segundo faz crer o verbete de Aulete, decadência, embora seja uma ação inacabada, é um movimento que adquire tons dramáticos, pois o fim para o qual caminha, no dizer do próprio dicionarista, se aproxima.

Novamente aí o conceito adequa-se bem aos propósitos políticos de Antero de Quental que, preocupado com os rumos de seu país, faz uso de uma idéia que não só diagnostica um estado desagradável, que, por si só faz-se

²⁶ Caldas Aulete. Dicionario contemporâneo da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Verbetes Decadência.

desejável de modificação, como também chama a atenção para a premência desta ação transformadora na sociedade portuguesa.

O texto de Aulete acrescenta ainda um conteúdo mais notadamente negativo ao termo decadência e um impacto corrosivo que é conotado como: "*estrago, corrupção*", fato que soma para evocar a necessidade transformadora pelo pedido de socorro implícito na palavra. Aquele que decai deseja reerguer-se, se possível, regenerar-se.

Em seu final, o texto do verbete ratifica mais ainda a essência da idéia de decadência, já presente em Moraes, quando escreve "*De+cadência*". Assim, Caldas Aulete confirma a idéia de um declinar com cadência, em compasso, não de forma cabal ou definitiva.

Após a publicação do Dicionário de Caldas Aulete, surge uma nova edição do dicionário Moraes, a 8a., de 1890²⁷, na qual apenas uma discreta menção aos poetas da decadência romana aparece destoando do texto do verbete da 7a. edição. Posteriormente, em 1899, o dicionário de sinônimos de Henrique Brunswick é editado. Nele, os sinônimos decadência/decaimento assim aparecem notados:

"Decadência. Decaimento - Querem os dicionaristas que estes vocábulos sejam sinônimos perfeitos, o que logo se nota não ser exato, posto que se a cada passo lemos e dizemos: a decadência de Portugal, a decadência das letras, a decadência dos costumes, e também o decaimento de Portugal, o decaimento das letras, o decaimento dos costumes, distinguimos entre estas expressões sentidos claramente diferentes. Com o vocábulo decadência consideramos que Portugal, as letras, os costumes, vão caindo, vão cada vez a menos, tendem a arruinar-se ou a corromper-se; ao passo que com decaimento consideramos o estado de ruína a que chegaram Portugal, as letras, os costumes. Mil vezes dizemos o decaimento das forças, nunca porém ouvimos dizer a decadência das forças daquele doente; o mesmo se nota ao dizer que fulano está em decadência, nunca podendo dizer-se - pelo menos com relação a sua fortuna - que ele está em decaimento.

Há pois sinonímia entre decadência e decaimento, mas essa sinonímia está longe de ser perfeita.

²⁷ Antônio Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza. Vol. I (A-E). Lisboa: Editora-Empreza litteraria fluminense, 1890.

Decadência é o estado do que vai cair, do que tende a arruinar-se. Esta palavra indica principalmente o princípio, a iniciação deste movimento, e só se diz das nações, das sociedades, das coisas moraes, daquelas que se tem grande apreço e das pessoas.

Decaimento diz-se do que se considera já em estado muito avançado de ruína, e cuja a ruína completa não se fará esperar muito tempo. Diz-se do que é físico e do moral.²⁸

No texto de Brunswick emerge a mesma idéia de decadência presente no dicionário Moraes e no lexicógrafo de Aulete. No entanto, por tratar-se de um dicionário de sinônimos, o autor esclarece e realça ainda mais a especificidade do conceito de decadência ao compará-lo a um sinônimo, decaimento. Ressalta Brunswick que, embora sinônimos, decadência e decaimento não compõem uma sinonímia perfeita, pois se o termo decaimento remete à idéia do estado de plenitude de um processo de ruína, a palavra decadência não autoriza tal plenitude, fixando-se apenas na idéia de um processo incompleto a caminho da ruína, enfim, do decaimento. Assim, a seleção para uso do termo decadência, onde poderia ter utilizado-se da palavra decaimento, dá nota do intento de Antero de Quental de reservar à história portuguesa uma abertura à regeneração.

Estratégico no desenvolvimento das idéias de Antero de Quental, o conceito de regeneração é revelador quanto aos propósitos políticos deste intelectual português.

A palavra regeneração, originada do latim "regeneratio", figura em dicionário desde o primeiro lexicógrafo da língua portuguesa, com Raphael Bluteau, em 1721. Na época abrangente do texto de Quental, ela aparece na 7a. edição do dicionário Moraes. Vejamos:

"Regeneração - s.f. (do latim regeneratio). Segundo nascimento; ação de regenerar: v.g. regeneração do Império português, por D. João IV. Fig. "Havia de ser segunda Eva na regeneração do mundo". Exell. Da ave Maria. F. 15 v. Fala da espiritual, libertar o homem do pecado original,

²⁸ Henrique Brunswick. Dicionario de synonymos da lingua portugueza. Lisboa: Editora de Francisco Pastor. 1899. Verbetes Decadência/Decaimento

e suas penas. Usa-se também no fig. para significar a mudança de estado, em que se acha o que recebe a graça pelo batismo. Cal. Rom. F. 213. "Sacramento de regeneração por água em palavra". O batismo, sacramento de renovação, e regeneração". Espiritual. Arr. 10.7. Partido político em Portugal que nasceu do opositor ao ministério de Costa Cabral, e que tem hoje por chefe o estadista Antônio Maria de Fontes Pereira de Mello.²⁹

No texto explicativo do verbete logo sobressai a idéia de regeneração como um Segundo nascimento. Esta significação passa a obter maior esclarecimento quando o dicionarista aborda a dimensão teológica da palavra, quando descreve-a como "mudança de estado". Sabemos pela teologia católica do batismo³⁰ que aquele que é batizado é passado do estado de "pecado" ao estado da "graça Divina", uma vez que seria retornado a uma pureza original do homem, presente desde a criação, anterior ao pecado original.

Assim, temos a regeneração como uma mudança de estado que marca uma passagem. Uma passagem que regenera, ou seja, faz renascer, que resgata algo que havia sucumbido e que era mesmo anterior a situação que está sendo modificada.

Esta idéia ganha um novo contorno com o surgimento do dicionário de Caldas Aulete que, em 1881, nota assim a palavra regeneração:

"Regeneração- s.f. A reparação ou renovação de uma parte destruída ou arruinada. Reprodução; restauração; suprimento, substituição: a regeneração de certos humores. Revivificação. Reforma, renovamento moral, reabilitação: Era ainda uma verdade, que um simples homem não podia encarregar-se da regeneração moral do universo. (Mont' Alverne). A regeneração dos costumes. Renascimento, nova vida dada pelo batismo e pela penitência. Partido político monárquico e conservador de Portugal que sucedeu ao partido cartista em 1851. F. do latim regeneratio"³¹.

²⁹ Antônio Moraes Silva. Dicionário da língua portuguesa (F-Z). 7ª edição. Lisboa: Empresa litteraria Fluminense, 1877. Verbetes Regeneração.

³⁰ Ver: Valter M. Goedert. Teologia do batismo. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

³¹ Caldas Aulete. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Verbetes Regeneração

Este texto de Aulete apresenta-se mais rico em significações. Primeiro, remete a idéia de sanar algo que fora arruinado, destruído. Isto é reforçado pela idéia de revivificação. Fazer reviver o que um dia existiu e que então encontrava-se destruído. Posteriormente, após abordar alguns exemplos, o autor lança mão da palavra reabilitação, o que indica que o que desejava-se resgatar não havia fenecido, mas apenas se prejudicado, necessitando, portanto, de recuperação diante de seus problemas. Assim, neste sentido, aquele que regenera, o faz diante de algo que não se extinguiu, que de alguma forma ainda existe e que, por isso, ainda pode ter seus caracteres originais resgatados. Já no primeiro sentido abordado, o de revivificar, teríamos mesmo a possibilidade de fazer reviver algo que, embora houvesse existido um dia, havia, de alguma maneira, extinguido-se.

Esta riqueza semântica do termo regeneração aparece também na 8a. edição do dicionário Moraes, de 1890, propondo a mesma diferença apresentada em Caldas Aulete, embora com a significação de outras palavras, sendo esta oposição agora também estabelecida pelo uso dos termos renascimento e restauração. Vejamos a 8a. edição do dicionário Moraes naquilo que acrescenta a sua edição de 1877: "Regeneração - s.f. (do latim regeneratio). Ato ou efeito de regenerar. Restauração; renascimento (...) Reformar, reabilitação dos costumes, de vida etc....".

Com efeito, tanto em Caldas Aulete como no Moraes, a idéia de regeneração divide-se entre o resgate daquilo que não se esvaira de todo, sendo apenas comprometido em parte - *reabilitação* em Aulete e *restauração* em Moraes - e o de fazer reviver algo - *revivificação* em Aulete e *renascimento* em Moraes. A idéia de regeneração utilizada por Antero de Quental para o propósito da análise da trajetória histórica de Portugal é contemplada no segundo sentido atribuído a *regeneração* pelos dicionaristas - *revivificação/ renascimento* -, pois trata-se aí de fazer reviver, renascer algo que foi abandonado pelas opções históricas feitas pela nação lusitana. No entanto, tal abandono não supõe a morte fenomenológica daquilo que foi abandonado. A existência do ser-aí, da presença de uma tradição,

é um fato em qualquer sociedade, e adquire um sentido mais amplo na forma de compreensão do tempo histórico na Portugal do século XIX.

A compreensão do tempo histórico no mundo luso-brasileiro do século XIX não é uma compreensão linear, mas sim, cíclica. Portanto, a história portuguesa deveria caminhar para uma teleologia concêntrica, não linear. Assim, temos sucedendo a uma período áureo da antigüidade e do medievo luso, um período de decadência, ao qual, pela lógica de operação deste telos histórico deveria regenerar, revivescer a grandeza de uma outra situação histórica anteriormente vivenciada por Portugal e que por força da tradição portuguesa ainda era presença na nação.

A idéia de tradição a que aludimos é aquela utilizada por Gadamer e é significada na língua alemã pelo termo *lieberferüng*, que supõe o fundamento da validade dos costumes³². Neste sentido, a idéia de tradição enquanto *lieberferüng*, ou seja, enquanto produto de uma historicidade, distingue-se da sua congênere na língua alemã, *tradiktion*. Esta significa a mera transmissão de pressupostos canônicos, de um corpo doutrinário, de geração em geração, como é feito na tradição - *tradiktion* - católica. Neste caso, a tradição não conota uma vivacidade fenomenológica, nem porta uma efetualidade existencial, mas sim uma mera transmissão de conteúdos.

A compreensão do tempo histórico por Antero de Quental não é uma compreensão linear, mas sim, cíclica. Portanto, a história portuguesa deveria caminhar para uma teleologia concêntrica, não linear. Assim, temos sucedendo a um período áureo da antigüidade e do Medievo luso, um período de decadência, ao qual, pela lógica de operação deste telos histórico, deveria regenerar, revivescer a grandeza de uma outra situação histórica antes vivenciada por Portugal e que por força da tradição portuguesa ainda era presença na nação.

Partindo desta forma de compreensão da história, Antero de Quental critica apenas em parte a tradição ibérica, entendendo que parte dessa tradição deve ser regenerada para que haja o progresso de Portugal. Assim, a tradição

³² Cf. Hans George Gadamer. Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 421

portuguesa é não somente criticada, mas antes, estrategicamente, valorizada, pois jogaria um papel decisivo na compreensão histórica do líder da Geração de 70, pois é a presença da historicidade lusa, de sua tradição portadora da grandeza da independência política, intelectual e econômica de seu povo, que autoriza a Antero de Quental pensar seu projeto de revolução não na referência de uma ruptura radical com o passado, mas nos moldes de uma regeneração, de uma reabilitação das linhas mais nobres da tradição portuguesa. Com efeito, para Antero de Quental é a tradição de Portugal que permite a realização teleológica do moderno no país, pois, sem a existência de uma tradição que o suportasse, não seria possível a regeneração portuguesa.

Assim, paradoxalmente, no ideário político de Antero de Quental, em Portugal é a tradição quem possibilita o vir a ser da modernidade, constituindo-se assim um jogo de inversões diante da trajetória da modernidade na Europa, onde o moderno se realiza pela suplantação da tradição medieval e não pelo resgate, ou seja, pela regeneração da mesma.

Eis o papel estratégico que o fulgor medieval lusitano joga na chave interpretativa da decadência portuguesa. Ele é a condição de possibilidade da regeneração de Portugal, de se retomar o que existe na tradição ibérica, pois, assim como no resgate da pureza original pelo batismo, só se regenera aquilo que existiu anteriormente em outro estado³³. No caso de Portugal, a existência de uma tradição que remonta a grandeza de seu medievo, fato que permite reabilitar os elementos que, em dado momento da história pátria, haviam sido abandonados. Não se regenera o que não existiu, o que não integra uma tradição. Eis o conceito de revolução nesta obra de Antero de Quental: regeneração. Regeneração de um federalismo que houve na vida das comunas da Portugal medieval idealizada pelo líder da Geração de 1870 . Este Medievo lusitano criado pelo autor, marcaria a possibilidade do socialismo utópico que defendia. Com efeito, é o passado de Portugal quem autoriza a teleonomia de seu futuro, pois, de alguma forma, o

³³ No caso do batismo, a pureza humana, anterior ao pecado original, que o batismo resgata, regenera. Cf. Valter M. Goedert. Op. cit. Pp. 58-73.

socialismo utópico que Quental tanto ansiava para o futuro de seu país, já estaria, de alguma maneira, contido em seu passado, podendo assim, a qualquer momento, ser regenerado.